

MEMORIAL DE REUNIÃO

DATA: 28/06/2022

LOCAL: OAB-SP (sede)

PRESENTES

PRESIDENTES: Drs. Rosa Ramos (Pres. CPMA-OABSP), Josie Prato (Vice-Pres. CPMA-OABSP), Alessandra Lehmen (Pres. CDA- OABRS), Flavio Ahmed (Pres. CMA-OABRJ), Eduardo Moura (Pres. CMA-OABGO), Paulo Nascimento (rep. Pres. CMA-OABBA), Tatiana Monteiro (Pres. CMA- OABMT), Arlindo Muniz (online Pres. CMA- OABMS), Clarissa Wandscheer (online, rep. Pres. CDA-OABPR).

CONVIDADOS: Drs. Carlos Vadalá (Coord. Licenciamento CPMA-OABSP), Rui Miguel (Coord. Ensino CPMA. OABSP), Fernando Tabet (Coord. Áreas Contaminadas CPMA- OABSP), Teresa Villac e Ana Carolina F. de Melo Brito (repr. Coord. Educação Ambiental, Logística Reversa e Resíduos Sólidos CPMA-OABSP- Guilherme Purvin), Fabrício Soler (Coord. Saneamento. CPMA-OABSP), Flavia Frangetto (Coord. Trat. Internacionais CPMA-OABSP), Juliana Mattei (Coord. Energias Renováveis CPMA- OABSP).

REF: II Encontro de Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e de Direito Ambiental das Seccionais

I- APRESENTAÇÕES	Iniciada às 9h, após acomodação dos presentes na sala vip, foram feitas as apresentações iniciais dos participantes. Justificadas algumas ausências, a Dra. Rosa Ramos deu as boas vindas a todos e realçou o propósito de articulação e troca de experiências entre as Comissões. A CONDA ainda está em formação e futuramente este grupo deve contribuir para a gestão do assunto junto ao Conselho Federal.
II- DISCUSSÕES	1. Representatividade das OABs junto aos Conselhos de Meio Ambiente. Dra. Rosa Ramos destacou a importância de que a OAB ocupe os lugares disponíveis à Ordem. Como cada Estado ou Município

tem suas peculiaridades, onde não houver previsão específica, seja no regulamento ou regimento, que as presidências das seccionais sejam instadas pelas Comissões de Meio Ambiente a atuar para a criação dessas vagas exclusivas e permanentes para a advocacia, sem a necessidade de concorrer com outras categorias.

2. Estruturação, articulação e voz da OAB. Dr. Flávio Ahmed ressaltou a importância que é dada às opiniões emitidas em nome da OAB, o que foi ratificado pelos presentes e exemplificado com algumas situações vividas em alguns Estados. Foram mencionados alguns cuidados que devem ser tomados para evitar desgastes do advogado, da Comissão ou da própria OAB. Para resguardo da legitimidade, é recomendável que os assuntos em que a Comissão seja chamada a se manifestar sejam participados, discutidos na Comissão e cancelados pela Presidência da Seccional e/ou referendados pelo Conselho Seccional.

3. Participação em conselhos, fóruns interinstitucionais e grupos temáticos. Dra. Alessandra Lehmen pontuou a importância de a OAB ocupar espaços institucionais, permanentes ou *ad hoc*, e, na medida do possível, difundir as atividades das Comissões, para que haja uma maior participação e engajamento dos advogados. O incentivo à interiorização promove o envolvimento de mais advogados nos Estados.

4. Papel Institucional das CMAs. Dr. Fernando Tabet trouxe a questão à discussão, pois é primordial definir em cada gestão qual o papel principal que caberá

à Comissão: defender prerrogativas? Debater assuntos polêmicos? Discutir legalidade ou constitucionalidade das lei e projetos? Embora seja necessário definir em cada caso, os presentes concordaram que (i) é preciso distinguir o papel das comissões de outras entidades ambientalistas, realçando o papel institucional da Ordem e o *munus* público de defesa da ordem jurídica e (ii) a discussão coletiva e respaldada nos respectivos regimentos dará legitimidade a essa resposta.

5. Participação em audiências públicas e comissões do Poder Legislativo. Dr. Rui Miguel mencionou a importância da atuação na fase legislativa, nas esferas estadual e municipal, para que a OAB possa atuar/opinar em análise de projetos relevantes, contribuindo para a formação da norma. Dra. Rosa destacou que em muitos lugares essa discussão é realizada nos Conselhos, pelo que reiterou a importância da participação da OAB em tais instâncias.

6. Troca de experiências. Todos os Presidentes contaram experiências de suas Comissões na organização do trabalho e dificuldades enfrentadas na advocacia ambiental em seus Estados, seja com relação ao exercício da advocacia, seja com o engajamento dos membros das próprias Comissões. Os coordenadores e representantes das Coordenadorias da CPMA-OABSP fizeram um breve relato das atividades já desenvolvidas neste ano (lives, e-book, discussões em andamento, projetos, etc).

7. Possíveis ações propositivas que foram adotadas em algumas Comissões: seminários regionais ou locais com as subseções; interiorização da Comissão; eventos para qualificação da advocacia e também do público externo, inclusive, setor público;

envolvimento da sociedade; eventos itinerantes em parceria com outras instituições (ex. Junta Comercial).

8. Participação em conselhos e defesa de prerrogativas da advocacia ambientalista. Dr. Arlindo Muniz (online Pres. CMA- OABMS) registra que que o fomento de participação dos presidentes das seccionais de todos os Estados se deve ao protagonismo e do Prof. Celso Fiorillo e Flavio Ahmed e que vem sendo seguido pela nova Diretoria da CONDA, bem como com a presente iniciativa.

Salienta que é necessário que os presidentes das seccionais promovam ativamente a requisição de assentos permanente aos membros das comissões do meio ambiente nos conselhos Municipais e Estaduais relativos à temática ambiental, bem como junto as respectivas casas legislativas. Ponderou que no âmbito Federal também devem ser tomadas as mesmas providencias. Sugeriu que se recomendasse às seccionais que inserissem a titularidade da OAB nos conselhos com a alteração dos regimentos internos dos respectivos conselhos.

Quanto às prerrogativas, ponderou da necessidade de orientar as seccionais no sentido de diálogo com os secretários estaduais, municipais e também em âmbito federal, no sentido garantir as prerrogativas dos advogados ambientalistas, especialmente no que concerne a acesso aos autos físicos e digitais (vistas e cargas), publicação em nome do advogado das pautas de julgamentos administrativos, intimação do advogado de decisões administrativas e criação de súmulas de julgamentos repetitivos administrativos.

III- ENCAMINHAMENTOS	<ol style="list-style-type: none">1. Continuação do diálogo entre os presidentes em grupo de Whatsapp e disposição para futura colaboração com a CONDA. 2. Sugestão para sejam avaliados os respectivos Conselhos de Meio Ambiente estaduais e municipais, para que os Presidentes das Seccionais sejam instados a atuar em prol da criação de assentos permanentes para a OAB nesses Conselhos. 3. Reunião encerrada às 12:30min., seguida de almoço. 4. Às 15:30min. foi iniciado o evento: Sustentabilidade Invisível: 50 anos de Estocolmo, transmitido ao vivo e disponível no canal do Youtube da OABSP, com a presença de várias autoridades e homenagem ao Deputado Constituinte Fábio Feldmann.
---------------------------------	---